CENTRO UNIVERSITÁRIO FG-UNIFG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO

Bruno Cordeiro da Silva

**O MITO DO CONSENSO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ACORDO DE
NÃO PERSECUÇÃO PENAL, APÓS A LEI N° 13.964/2019, À LUZ DO
EFICIENTISMO PENAL**

Guanambi/BA

2021

MESTRADO EM DIREITO

Bruno Cordeiro da Silva

**O MITO DO CONSENSO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ACORDO DE
NÃO PERSECUÇÃO PENAL, APÓS A LEI Nº 13.964/2019, À LUZ DO
EFICIENTISMO PENAL**

Dissertação de Mestrado, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito pelo Programa de Pós Graduação em Direito da Centro Universitário FG-UniFG.

Prof. Dr. André Luiz Nicolitt

Orientador

Guanambi/BA

2021

RESUMO

A presente dissertação possui por escopo abordar a inserção – agora *ope legis* – no ordenamento jurídico brasileiro, a partir da Lei federal nº 13.964 de 24 de dezembro de 2019, do instituto do acordo de não persecução penal, a partir de uma perspectiva garantidora dos direitos fundamentais constitucionalmente estabelecidos aos litigantes, sobretudo, ao réu, na jurisdição criminal. O principal enfoque é erigir uma crítica ao instituto, concebido como meio de resolução consensual de conflitos, a partir de um viés eficientista de processo. Com efeito, embora não se possa olvidar que os meios consensuais de resolução de conflitos, em especial, na justiça criminal, representam, de fato, um caminho *sem volta* a se percorrer, a perspectiva substancial de efetividade dos direitos fundamentais, reclama, sim, que tais mecanismos sejam objeto de contundente reflexão, mormente questionando-se os motivos pelos quais o legislador o fez. É de se perquirir, portanto, *mens legislatoris* e *mens legis*. Implica dizer, até que ponto deve-se tolerar – ante uma perspectiva de direitos fundamentais verdadeiramente respeitados –, a inserção de mecanismos de aceleração e desafogamento da prestação jurisdicional criminal e, se a resposta dada ao antigo reclamo e anseio da sociedade, de modo geral, através de um eficientismo processual penal que se reverte, pois, em punição célere, não acabará por atingir – a partir de um cerceamento ao direito de um processo criminal minucioso –, direitos fundamentais mínimos.

PALAVRAS-CHAVE: acordo de não persecução – eficientismo penal – garantismo – direitos fundamentais – solução consensual de demandas.

ABSTRACT

This dissertation aims to address the insertion - now *ope legis* - in the Brazilian legal system, from the federal Law nº. 13,964 of December 24, 2019, of the institute of the agreement not to prosecute, from a perspective of the fundamental rights constitutionally established to litigants, especially the defendant, in criminal jurisdiction. The main focus is to erect a critique of the institute, conceived as a means of consensual conflict resolution, from an efficientist perspective of the process. In fact, although one cannot forget that consensual means of resolving conflicts, especially in criminal justice, represent, in fact, a road with no return, the substantial perspective of the effectiveness of fundamental rights does require that such mechanisms be the object of thorough reflection, especially questioning the reasons why the legislature did so. It is necessary to question, therefore, the *mens legislatoris* and *mens legis*. This means to what extent should the insertion of mechanisms for speeding up and speeding up the criminal judicial process be tolerated from the point of view of truly respected fundamental rights, and whether the answer given to the old demand and longing of society in general, through an efficiency in criminal procedure that reverts, therefore, to swift punishment, will not end up affecting minimum fundamental rights by curtailing the right to a thorough criminal procedure.

KEYWORDS: agreement not to prosecute - penal efficiency - garantism - fundamental rights - consensual solution of claims.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	SOLUÇÕES PENAIS PACTUADAS NA JUSTIÇA BRASILEIRA	23
2.1	O CAMINHO SEM VOLTA DA SOLUÇÃO PENAL PACTUADA	23
2.2	O CONSENSO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS	25
2.2.1	A transação penal e a questão do sistema acusatório	26
2.2.2	A suspensão condicional do processo	29
2.3	OUTROS MECANISMOS DE AJUSTE PENAL PACTUADO	30
2.3.1	A delação premiada	30
2.3.2	A Resolução 181/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público	38
2.3.2.1	Considerações preliminares	38
2.3.2.2	O consenso na Resolução 181 e a mitigação da obrigatoriedade da ação..	41
2.3.2.3	O propósito de acordo de não persecução na Resolução 181/2007	43
3	O PLEA BARGAIN NORTE AMERICANO E ACORDO DE NÃO PERSUASÃO PENAL BRASILEIRO	46
3.1	O PLEA BARGAIN COMO MECANISMO DE SOLUÇÃO CONSENSUAL NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	46
3.1.1	<i>Federal Rules of Criminal Procedure</i>	47
3.1.2	O mito cinematográfico do júri norte americano	48
3.1.3	Modalidades de acordo previstas na <i>Rule 11</i>	50
3.1.4	Acordo de não persecução penal no Brasil a partir da Lei 13.964/19.....	52
3.1.5	Distinção entre o acordo de não persecução penal e o <i>plea bargain</i>	55
4	O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO COMO INSTRUMENTO CONSENSUAL DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS À LUZ DO EFICIENTISMO PENAL: CRÍTICA	61
4.1	EFICIENTISMO PENAL	61
4.2	GARANTISMO PENAL	62
4.3	OS DISCURSOS PROCESSUAIS PENAIS DO GARANTISMO E DO EFICIENTISMO EM CONTRAPONTO LÓGICO	64
4.3.1	As perspectivas discursivas no direito processual penal	65

4.3.1.1	A perspectiva garantista do processo penal	66
4.3.1.2	A perspectiva eficientista do processo penal	72
4.4	O MITO DO CONSENSO PENAL	74
4.4.1	Crítica aos espaços de consenso na justiça criminal brasileira	79
4.4.2	O eficientismo no acordo de não persecução à luz dos conceitos de Agamben	85
4.4.2.1	A figura do <i>homo sacer</i>	86
4.4.2.2	Poder soberano e vida nua	89
4.4.2.3	Breves apontamentos à teoria biopolítica	90
4.4.3	Crítica ao acordo de não persecução sob o viés do eficientismo	93
4.4.3.1	Acordo de não persecução e duração razoável do processo	95
4.4.3.2	A inviolabilidade do direito de defesa: em qual medida o acordo o restringe?	109
4.4.3.3	Acordo de não persecução penal e o direito de não produzir provas contra si mesmo	114
5.	UMA LIGEIRA INCURSÃO LITERÁRIA E ECONÔMICA NO DIREITO E SUA RELAÇÃO COM O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO	117
6	CONCLUSÃO	131
	REFERÊNCIAS	133

1 INTRODUÇÃO

O objeto do presente trabalho é o acordo de não persecução penal, inserido no ordenamento jurídico pátrio brasileiro através da vigência da Lei federal nº 13.964 de 24 de dezembro de 2019, embora já houvesse, antes, disposição administrativa acerca da matéria, por meio da Resolução nº 181 de 2017, da lavra do Conselho Nacional do Ministério Público.

A Lei, oriunda de projeto de autoria do então - à época - Ministro de Estado da Justiça, Sérgio Fernando Moro, inovou de modo significativo o sistema de justiça criminal brasileiro ao alterar e inserir dispositivos legais ao Código Penal, ao Código de Processo Penal, à Lei de Execuções Penais, bem como à legislação extravagante.

O que se busca analisar, especificadamente, é a inserção do acordo de não persecução penal - instituto cuja origem e essência, em tese, se assimilam em alguma medida ao *plea bargain*, instrumento de solução consensual de demandas no direito processual estadunidense -, que ora se importou ao nosso ordenamento jurídico como meio de solução penal negociada.

A rigor, a temática pode ser problematizada e estudada por diversas perspectivas distintas, dentre as quais, a sua constitucionalidade, a sua necessidade, a inserção sem prévio e aprofundado estudo paradigmático, a eventual violação a direitos fundamentais do réu em processo penal.

Inicialmente cogitou-se analisá-la sob uma ótica de constitucionalidade, a partir de paradigmas e preceitos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Seria, neste diapasão, à luz das garantias processuais

penais erigidas pela Magna Carta, constitucional, o acordo de não persecução penal? Em princípio, entende-se que, ao menos formalmente, a resposta é positiva.

Contudo, a grande questão que permeia a presente pesquisa é analisar se, a rigor, as garantias fundamentais processuais penais ofertadas ao réu, estão, de fato, atendidas, para além do seu sentido apenas formal.

Isto porque, a Lei, ao estatuir que o réu ao celebrar acordo voluntário de não persecução penal com o órgão acusatório, devida e obrigatoriamente acompanhado por advogado, e, ainda, com sujeição de tal solução consensual a homologação pelo Magistrado, estaria, ao menos em princípio, a atender garantias basilares para o individuo em juízo, como, guisa de exemplo, o devido processo legal.

Contudo, há que se perquirir, a partir de uma perspectiva efetivamente material dos direitos fundamentais, e sobretudo, do conceito de processo jurisdicional democrático, se o réu, efetivamente participou – através de um debate onde se privilegia o discurso e a participação entre as partes –, da construção de um provimento judicial que se pode denominar legítimo, ou apenas cumpriu-se, no âmbito da justiça criminal, uma formalidade do ponto de vista legal.

É de se questionar, portanto, se garantias como o devido processo legal, a ampla defesa, o pleno contraditório, a duração razoável do processo foram efetivamente satisfeitas, e, nesse diapasão, se o acordo, por exigir previamente, como condição *sine qua non* de sua realização, um lançar mão, pelo réu, do direito de não produzir prova contra si, não estaria violando, numa perspectiva substancial, suas garantias fundamentais.

A presente pesquisa será desenvolvida, pois, sob uma perspectiva dos direitos, princípios e garantias constitucionais fundamentais insculpidas na Constituição de 1988, observado – para o propósito a que se presta –, o inexorável liame havido entre a observância de tais garantias e o modo: (a) de se legislar em matéria penal e processual penal; (b) de se pensar a política crimi-

nal em nosso país – *in casu*, a inserção do acordo de não persecução penal –, e seus possíveis reflexos ao jurisdicionado, seja ainda no âmbito da investigação policial, seja no transcorrer do próprio processo penal.

A partir dessa perspectiva, busca-se analisar o acordo, como meio de solução consensual no âmbito da justiça criminal, sob uma ótica de eficiência penal, e, se, deste modo, não estariam sendo rompidas pelo legislador, premissas elementares de um processo jurisdicional efetivamente democrático, cunhado, nesse sentido, a um sistema de garantismo penal difundido pelo jus-filósofo Luigi Ferrajoli.

O marco teórico, portanto, que se pretende utilizar tem guarida e se refere ao efficientismo face ao Garantismo Penal sustentado por Ferrajoli, mormente pela obra *Direito e Razão: teoria do garantismo penal*. A rigor, a clássica obra do mestre italiano nos servirá de guia, sem prejuízo, contudo, da utilização de outros referenciais, sobretudo, pátrios, que aderiram, em alguma medida, a tal perspectiva. Como é cediço, no intento de conceituar o garantismo, num dos significados por si desenvolvidos, Ferrajoli¹ com clareza solar, afirma que:

O garantismo designa um modelo normativo de direito: precisamente, no que diz respeito ao direito penal, o modelo de estrita legalidade (...). Sob o plano político caracteriza-se como uma técnica de tutela idônea (...) a maximizar a liberdade e, **sob o plano jurídico, como um sistema de vínculos impostos a função punitiva do Estado em garantia dos direitos dos cidadãos.** (destacou-se).

Neste diapasão, “é, conseqüentemente, garantista, todo sistema penal que se conforma normativamente com tal modelo e que o satisfaz efetivamente²”.

Deste modo, vincular obrigatoriamente a função punitiva estatal a

¹ FERRAJOLI, L. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 3a ed. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 684.

² FERRAJOLI, L. *Op. cit.*, p. 684.

preceitos e garantias fundamentais já consignados na Carta Magna, e, *ipso facto*, assegurar efetivamente direitos do cidadão, decerto conduziriam o legislador a pensar propostas – de políticas criminais ou de eficiência/efetividade do Poder Judiciário – que verdadeiramente se coadunam com a nossa ordem constitucional.

Ao viés de tais premissas, questiona-se: o sistema de justiça criminal, precisa, de fato, se preocupar em estabelecer a celeridade como um dos principais predicados?

Ora, não se questiona que os meios de solução negociada sejam, com efeito, um caminho a trilhar sem volta e que, nesta diretriz, o acordo de não persecução penal, assim como qualquer outro meio de disposição criminal, possua mazelas, mas também méritos.

Contudo, ao legislar o “pacote anticrime”, qual o principal intento do legislador reformista? Seria, com efeito, dar uma resposta à sociedade no sentido do combate à criminalidade dando-se maior celeridade e maior eficiência da justiça processual penal?

Neste particular, porque seria interessante um sistema de justiça criminal célere ou que busque inveteradamente uma resposta punitiva?

A quem, ou a qual lógica, atrai tal perspectiva de jurisdição?

Haveria, neste sentido, uma perspectiva de custos aplicada à jurisdição como um todo, mas, em especial ao objeto desse trabalho, à justiça criminal? Ou, por outro lado, seria justo supor, que a Lei em testilha, a partir da lição, guisa de exemplo, do Professor Marcelo Neves³, se prestaria a atender ideias que se amoldariam ao que se nomina Constituição Simbólica?

Vale dizer, nesse sentido, seria a Lei, apenas uma medida de suposta política criminal de natureza populista, tendente, pois, a agradar, ainda que

³ NEVES, Marcelo. *Constitucionalização simbólica*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.

calcada em argumentos supérfluos, aos anseios populares pela redução da criminalidade e por uma justiça criminal que ofertasse uma resposta punitiva mais célere?

Quer se estabelecer, outrossim, que, ainda que a aplicação do acordo de não persecução penal traga, de certo modo, alguma resposta que satisfaça ao senso comum da sociedade, que reclama por uma justiça penal mais célere, eficiente, punitivista, desvirtuar-se-ia de outra sorte, de uma perspectiva principiológica, do sistema de garantismo penal, e há, nesta diretriz, um “preço” a se pagar por isso.

Vale questionar, o instituto se justifica? Seria isso o que se compreende por razoável duração do processo? Uma resposta jurisdicional punitiva mais célere, menos custosa? E, neste ponto, da análise do acordo à luz de um efficientismo penal, não estaria tal instituto a violar preceitos básicos de um processo democrático?

A proposta, portanto, do presente trabalho é discorrer sobre a inserção do acordo de não persecução penal no ordenamento jurídico brasileiro. O instituto, que na prática implica em solução negociada, cujas origens são estrangeiras – vale dizer, foi importado de outros ordenamentos jurídicos, inclusive, de tradição jurídica diversa da nacional, em especial, *o common-law* norte americano – pressupõe a adoção de determinados comportamentos por parte do investigado ou acusado, em especial, a confissão do fato, em troca de amenidades por parte do Estado-Juiz, tal como a substituição de pena originariamente aplicável a determinados tipos penais, por espécies mais brandas.

Para que se discuta tal temática, abordar-se-á, ainda que em breves linhas, os meios de solução penal consensual (negociada) existentes no sistema de justiça criminal brasileiro, tais como, a transação penal, a suspensão condicional do processo, com previsão legal na Lei federal nº 9.099 de 26 de setembro de 1995, que regulamenta o funcionamento dos Juizados Especiais, cível e criminal, a delação premiada, com previsão na Lei federal nº 12.850 de 2 de agosto de 2013, a partir de uma perspectiva de consenso e celeridade proces-

sual.

Após se analisará o *plea bargain* como meio de solução penal consensual, e, para efeito de comparação, se trará considerações tópicas sobre o direito estadunidense (por se tratar do sistema do qual se importou o instituto), assim como, especificadamente, o processo penal estadunidense, e os requisitos e modalidades do acordo.

Em seguida, será abordada a inserção do *plea bargain* no Brasil, inicialmente por via administrativa, através da Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público e, mais recentemente, através da Lei Federal nº 13.964 de 2019, oportunidade em que serão trazidas as primeiras impressões a respeito de seu conteúdo, as visões de instituições como Ministério Público e Defensoria Pública, bem como seus objetivos e requisitos legais.

O mote, contudo, do trabalho, se situará no terceiro capítulo, oportunidade em que serão postos em contraposição, efficientismo e garantismo no âmago do acordo de não persecução, momento em que se tecerá crítica a respeito da inserção do instituto.

A presente pesquisa se propõe a investigar e responder – ainda que não haja, evidentemente, pretensão de esgotamento de conteúdo – a questão seguinte: O acordo de não persecução, inserido no ordenamento brasileiro, com natureza jurídica de solução penal negociada, “importado” do ordenamento jurídico estadunidense, com viés político de combate à criminalidade e resposta estatal quanto à solução de demandas penais de modo mais célere tem – a partir de uma perspectiva de debate entre efficientismo e garantismo penal – respaldo nos princípios penais processuais e materiais assegurados pela Constituição Federal de 1988?

Com efeito, partindo-se da premissa de previsão constitucional de princípios em processo penal como o devido processo legal, a ampla defesa, o contraditório, a vedação a autoincriminação e a duração razoável do processo, insculpidos, expressa ou implicitamente, nos incisos LIV, LV, LXIII e LXXVIII do art. 5º da CF/88, e os analisando a partir da inserção de institutos – *in casu*,

o acordo de não persecução – que visam oferecer benefícios penais ao réu que, espontaneamente, assumir a prática de delito – observadas as exigências da Lei infraconstitucional – que esteja em investigação ou que já seja objeto de processo crime, lançando-se mão, portanto, da instrução processual, pretende-se ao final alcançar uma possível resposta se estariam tais institutos, sobretudo, ao objeto da pesquisa, a violar garantias fundamentais, e, portanto, a partir de uma ótica efficientista do processo, afrontando o sistema de garantias desenvolvido do Ferrajoli.

Nesta senda há que se perquirir e investigar se a inserção legislativa se amoldaria à ideia de um processo penal efficientista, na medida em que pressupõe com a confissão *initio litis* do réu, uma resposta (solução) estatal mais célere e menos onerosa em processo penal, e como tal, se isto implicaria num lançar mão (ou não) de garantias consagradas pela Magna Carta, tais como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, o direito a não autoincriminação.

A toda evidência será necessário compreender e interpretar o que é o *plea bargain*, bem como abordar suas linhas mestras a partir de ordenamentos onde tradicionalmente já existe, em especial, o norte americano, para, após, numa perspectiva científica comparativa, demonstrar se, a rigor, institutos desta natureza – aqui inseridos sob a égide da Lei 13.964/19 – cerceiam ou não direitos fundamentais.

Noutro norte, pretende-se ainda, num contraponto, discutir se mesmo assumindo, para fins argumentativos, que o acordo, como meio de solução consensual penal entre acusador e réu, tenha suas raízes escoradas em garantias constitucionais fundamentais vinculadas ao processo – na medida em que o acordo submete-se à apreciação do Magistrado para análise quanto à conformidade legal e constitucional –, se justificará como meio combate ao crime, tanto como forma de desoneração do Estado a partir de um processo mais célere, eficiente.

Assim, a partir do problema apresentado, a hipótese até então assumi-

da pela pesquisa é de que toda inserção legislativa em nosso ordenamento jurídico com o fito de qualificar a prestação jurisdicional merece prestígio jurídico, técnico e social de modo geral.

Contudo, tal consideração também merece reservas e não exclui a necessidade inarredável de se fazer uma prévia e aprofundada a respeito daquilo que se pretende inserir, sobretudo, em processo penal.

Destarte, importar institutos penais, sobretudo de países com tradição jurídica distinta da que se pratica no Brasil, (*common-law* e *civil-law*), reclama a análise cautelosa do legislador, mormente no que concerne à preservação das garantias fundamentais asseguradas ao réu em oposição a um efficientismo judicial a qualquer custo, na medida em que o processo não pode ser considerado um fim em si mesmo, mas, sim, um instrumento de pacificação social que deve observar, obrigatoriamente, princípios atinentes ao Estado Democrático de Direito.

Ao final, espera-se reunir elementos que respondam ser o acordo de não persecução penal um instituto de solução penal negociada que atende (ou não) ideais de eficiência no Poder Judiciário em relação às respostas dadas a demandas judiciais criminais e se viola (ou não) princípios basilares defendidos pelo sistema de garantismo penal sustentado por Luigi Ferrajoli.

A questão, portanto, é, sobretudo, principiológica e não, a rigor, puramente descritiva e vai ao encontro de uma das linhas adotadas pelo Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* do Centro Universitário Faculdade Guanambi – a saber, Democracia, processo e efetividade do Direito.

Tal alinhamento ocorre sobretudo em razão de suas imbricações de cunho normativo, funcional e pragmático do nosso sistema de justiça, na medida em que propõe um debate acerca da inserção – como meio de solução negociada ou justiça penal consensual – importada de direito estrangeiro, do acordo de não persecução penal no Código de Processo Penal Brasileiro e, se tal inovação legislativa, a luz de um viés essencialmente efficientista do processo, contrariaria, ou não, os preceitos fundamentais do garantismo penal.

A premissa maior, ou seja, a política criminal elegida para sustentar tal inserção – a saber, combate a criminalidade e maior eficiência do Poder Judiciário em matéria penal, como se o instituto verdadeiramente representasse uma panaceia para o “mal” da falta de agilidade do Judiciário para julgar em matéria penal⁴ – talvez não se sustente diante de uma perspectiva garantista. A discussão, pois, que se pretende estabelecer é, antes de tudo, principiológica.

Nessa toada, exsurtem questionamentos diversos, a saber: (a) em que pese a constitucionalidade ao menos formal do modelo de solução penal alhures apontado, princípios basilares, a exemplo, o devido processo legal e contraditório, estão substancialmente assegurados? (b) ainda que tais princípios estejam – sob uma perspectiva de constitucionalidade – formalmente assegurados, mormente pela voluntariedade do ato e, sobretudo, pela necessidade de homologação judicial de eventuais acordos firmados entre defesa e acusação, o custo principiológico de se abrir mão, efetivamente, de um processo penal é justificado e legitimado pelo efficientismo inerente aos meios de resolução negociada de conflitos em seara penal? (c) Houve análise maciça da existência de evidências que meios de solução penal negociada no Brasil, que antecederam o acordo de não persecução, surtiram os efeitos esperados pelo legislador e sociedade de modo geral, a exemplo, maior eficácia no deslinde do processo penal e eficiência na redução da criminalidade? (d) Há preserva-

⁴ Aqui é interessante trazer a lume um célebre pensamento do crítico social norte-americano Henry Louis Mencken, segundo o qual “*There is always a well-known solution to every human problem – neat, plausible, and wrong*”, ou, em tradução livre “para todo problema complexo existe sempre uma solução simples, elegante e completamente errada”. Com efeito, na circunstância em que fora apresentado pelo então Ministro de Justiça, Sérgio Fernando Moro, à época, idolatrado por parcela significativa dos cidadãos brasileiros, a proposta do *plea*, que integra o nominado *pacote anticrime* parecia ser absolutamente plausível, ignorada, contudo, uma análise mais densa a seu respeito. Sobre a citação de Mencken, vide: MENCKEN, H. L. *Prejudices – second series*. Editor Jonathan Cape, London 1921, EPUB, p. 91.

ção dos ideais do garantismo penal proposto por Luigi Ferrajoli diante de uma proposta eficientista para administração da justiça criminal?

Neste diapasão, a pesquisa se justifica do ponto de vista da produção científica porque respostas a questionamentos inerentes ao senso comum merecem maiores e qualificadas abordagens.

Com efeito, é preciso se discutir a necessidade (ou não) de uma justiça criminal célere. É preciso abordar a temática da solução penal negociada como meio de combate à criminalidade e a eficiência da justiça penal e se há, de fato, resultados práticos que justifiquem de institutos de solução penal consensual.

Destarte, diante de uma linha de pesquisa que aborda a temática da efetividade do Direito demonstra-se, data venia, absolutamente pertinente a discussão teórica se a efetividade esperada pelo acordo se justifica a partir do questionamento sobre o que, de fato, estaremos, enquanto sociedade democrática, lançando mão, ao adotar tal instituto.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, primordialmente se fará revisão bibliográfica que servirá como aporte teórico do que se pretende sustentar.

Com efeito, a partir da Leitura do texto legal e constitucional, da doutrina pátria e estrangeira – todos inerentes ao tema proposto –, espera-se alcançar, a partir de uma reflexão crítica de conteúdo, fundamentos hábeis para que, tanto o objetivo geral quanto os específicos sejam defendidos a contento.

Nesse sentido, Gil⁵, sustenta que a pesquisa tem caráter pragmático, pautada em um processo formal e sistemático de desenvolvimento de método científico, o qual tem como objetivo fundamental descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.

⁵ GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

Pesquisar, como cediço, é, acima de tudo, debruçar-se sobre determinado objeto, a partir de uma perspectiva adotada numa área de conhecimento, e o investigá-lo, geral e especificadamente para, ao final, alcançar um possível resultado pré-delimitado.

A partir de tais premissas, portanto, a abordagem acerca da inserção do *plea bargain* no Brasil, bem como seus reflexos a partir de uma perspectiva do eficientismo e do garantismo ocorrerá de modo crítico. Nicolitt, ao citar Clément, afirma que o método crítico “conduz a uma atividade específica da razão, e fazer divisões, discernimentos e juízos, surgindo como censor, buscando separar o joio do trigo⁶”.

Ainda conforme Nicolitt⁷, a partir do pensamento adotado por Kowarick, o conhecimento crítico subverte, perturba e desordena as coisas e as ideias, as interpretações consagradas, os valores consolidados e a racionalidade dominante.

Destarte, para o fim a que se propõe a pesquisa, seus desafios, perspectivas, objetivos e conclusão, o método crítico de investigação científica apresenta-se como adequado, na medida em que o trabalho tem o objeto lidar com temas sociais sensíveis que diz respeito a direitos fundamentais, noções de justiça e Poder Judiciário, efetividade da resposta jurisdicional, dentre outras temáticas correlatas à proposta principal.

⁶ NICOLITT, A. L. *Intervenções corporais: o processo penal e as novas tecnologias: uma análise luso-brasileira*. Universidade Católica Portuguesa, 2010, pg. 14.

⁷ Idem, pg. 13.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte; Editora UFMG, 2007.

ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Távora, Nestor. Comentários ao anteprojeto de Lei anticrime. Salvador: Juspodium, 2019.

ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cuba. Rio de Janeiro/RJ, Editora Nova Aguilar, 1994.

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal. Introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BINDER, Alberto. Introdução ao Direito Processual Penal. Tradução de Fernando Zani com revisão e apresentação de Fauzi Hassan Choukr. Rio de Janeiro/RJ, Lúmen Iures, 2003.

BODART, Bruno; FUX, Luiz; MELLO, Fernando Pessoa da Silveira. A constituição da república segundo ministros, juízes auxiliares e assessores do STF. Salvador: Jus Podivm, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2848 de 7 de setembro de 1940. Brasília, DF, Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Brasília, DF, Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 12.850 de 2 de agosto de 2013. Brasília, DF, Senado. Federal.

BRASIL. Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Brasília, DF, Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990. Brasília, DF, Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Brasília, DF, Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 9.034, de 03 de maio de 1995. Brasília, DF, Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999. Brasília, DF, Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Brasília, DF, Senado Federal.

BRASIL. Resolução nº 181, de 7 de agosto de 2007. Conselho Nacional do Ministério Público.

CABRAL, Antônio do Passo; DIDIER JR, Fredie (coord. Geral); NOGUEIRA, Pedro Henrique. Coleção Grandes Temas do Novo CPC: Negócios Processuais. Salvador: Ed. Juspodivm, 2015, p. 19-21.

CANOTILHO. J. J. Gomes. Direito Constitucional. 6ª ed. Coimbra: Almedina, 1993.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro. 2ª edição, revista e atualizada, de acordo com a Lei 13.256/2016. São Paulo/SP: Atlas, 2016.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARNELUTTI, Francesco. As misérias do processo penal. Trad. José Antônio Cardinalli. São Paulo: Servanda, 2016.

CASARA, Rubens R. R. Estado pós democrático. Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, n.p.

CASARA, Rubens R. R. Mitologia processual penal. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CASARA, Rubens R. R. Processo penal do espetáculo. Ensaio sobre o poder penal, a dogmática e o autoritarismo na sociedade brasileira. 1ª ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2015.

CASTRO, Ana Lara Camargo de. Plea bargain: resolução penal pactuada nos Estados Unidos. 1ª ed. Belo Horizonte, São Paulo: D' Plácido. 2020.

CELIS, Jacqueline Bernat; HULSMAN, Louk. Penas perdidas: o sistema penal em questão. Trad. Maria Lúcia Karam. 1ª edição. Niterói: Luam Editora, 1993.

CORDEIRO DA SILVA, Bruno. A importância da delação premiada no combate às organizações criminosas – o papel do ministério público e o estado democrático de direito. Monografia apresentada ao Curso de Direito da Univer-

sidade Estadual de Montes Claros como exigência para obtenção do grau de bacharel em Direito, 2009.

CORREIA, Rômulo Marcelo dos Santos. A psicose como homo sacer: a vida entre o uso do corpo e a cidadania. Tese de doutorado apresentada ao Pós-Graduação em Psicologia Social e do Trabalho, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social. São Paulo: 2018, 261 p.

CUNHA, Rogério Sanches. Acordo de não persecução penal: Resolução 181/2017 do CNMP. Salvador: Juspodium, 2018.

CUNHA, Rogério Sanches. Pacote anticrime. Lei 13.964/2019: Comentários às alterações no CP, CPP e LEP. 1ª ed. Salvador: Juspodium, 2020.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro/RJ Editora Contraponto, 2017.

DIAS, Jorge de Figueiredo. Acordos sobre a sentença em processo penal: o “fim” do Estado de Direito ou um novo “princípio”? Conselho Distrital do Porto, 2011, p. 16.

DIDIER JR. Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 17ª ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

DIDIER JR, Fredie. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo civil. In:

DORNELLES, João Ricardo. Conflito e segurança: entre pombos e falcões. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

DUARTE, Evandro Piza; ZACKSESKI, Cristina. Garantismo e Eficientismo Penal: dissenso e convergência nas políticas de segurança urbana. In. Anais do Conpedi Uberlândia 2012. www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b23975176653284f

GIACOMOLLI, Nereu José; VASCONCELLOS, Vinícius Gomes. Justiça criminal negocial. Crítica à fragilização da jurisdição penal em um cenário de expansão dos espaços de consenso no processo penal. Revista Novos Estudos Jurídicos-Eletrônica, Vol. 20 - n. 3 - set-dez 2015.

GIACOMOLLI, Nereu José. Legalidade, Oportunidade e Consenso no Processo Penal na Perspectiva das Garantias Constitucionais.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo. Atlas, 2002.

GLOECKNER. Ricardo Jacobsen (org.). Plea bargaining. 1ª ed. São Paulo: Ti-

rant Lo Blanch, 2019.

FERNANDES, Antônio Scarance. Teoria Geral do Procedimento e O Procedimento no Processo Penal. São Paulo: RT, 2005.

FERNANDES, Rodrigo. A inconstitucionalidade da inelegibilidade antes do trânsito em julgado de decisão penal condenatória e a subversão da presunção de inocência. Revista Eletrônica de Direito Processual - REDP. Volume VII. Periódico da Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Processual da UERJ. ISSN 1982-7636

FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. 3a ed. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

FILHO, Eujécio Coutrim Lima. Funções da polícia judiciária no processo penal brasileiro. O papel do delegado de polícia na efetivação de direitos fundamentais. Londrina/PR, Thoth Editora, 2020, 237 p.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade do saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque 13ª Edição. Rio de Janeiro. Graal. 1988.

FRANCO, Alberto Silva. In: Boletim IBCCrim, São Paulo, nº 35, p. 9, nov/1995. Os questionamentos provocados pela Lei nº 9.099/95.

GERMANO. Curso de Processo Penal, 3ª. ed., Lisboa: Verbo, vol. 1, 1996.

GIACOMOLLI, Nereu José; VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. Justiça criminal negocial: crítica à fragilização da jurisdição penal em um cenário de expansão dos espaços de consenso no processo penal. IN: Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica, Vol. 20 - n. 3 - set-dez 2015

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. 5ª reimpressão. São Paulo/SP. Editora Unesp, 1990.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

HAUSER, Ester Eliana. Modelos penais minimalistas. Contribuições e limites na reconstrução da legitimidade dos sistemas penais contemporâneos (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001, 205 p.

JARDIM, Afrânio Silva. Justiça penal pactuada. Uma visão privada do sistema penal. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/justica-penal-pactuada/>>. Acesso: 03/02/2020.

LOPES JR, Aury. Direito processual penal. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. 17^a ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

JUNIOR, Salah H. Khaled. A busca da verdade no processo penal para além da ambição inquisitorial. São Paulo: Atlas, 2013.

KLOEPFER, Michael. Vida e Dignidade da Pessoa Humana. Tradução: Rita Dostal Zanini. In Dimensões da Dignidade. (Ingo Wolfgang Sarlet: organizador). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 164

KRUEGER, Guilherme Gomes. O carro de Jagrená, por entre palácios de cristal. Um ensaio sobre a transparência na gestão democrática das cooperativas. Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo ISSN: 1134-993X, ISSN-e: 2386-4893, No. 55/2019, Bilbao, págs. 227-253

LUCCHESI, Guilherme Brenner; MENDES, Tiago Bunning. Lei anticrime: a (re) forma e aproximação de um sistema acusatório? 1^a ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020.

MARTINS, Lucas Moraes. O significado político do homo sacer na filosofia de Giorgio Agamben. Revista Inter Science Place. Revista Científica Internacional, nº 1. Vol. 11, artigo nº 2. Janeiro/Março 2016.

MENCKEN, H. L. Prejudices – second series. Editor Jonathan Cape, London 1921, EPUB, p. 91.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O processo penal norte americano e sua influência. RDP Nº 4 Out-Nov/2000.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. O acordo de não persecução penal. In NICOLITT, André; FÉLIX, Yuri (org.). O STF e a Constituição, estudos em homenagem ao ministro Celso de Melo, pg. 555.

MULAS, Nieves Sanz. Manual de política criminal. Trad. Luiz Renê G. do Amaral e Marina Franco Lopes M. Filizzola. Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2019.

NARDELLI, Marcela Alves Mascarenhas. A expansão da justiça negociada e as perspectivas para o processo justo: a plea bargaining norte-americana e suas traduções no âmbito da civil law. Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP. Volume XIV.

NEVES, Marcelo. Constitucionalização simbólica. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.

NICOLITT, André. A duração razoável do processo. 2^a. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v. 1. 176p.

NICOLITT, André. CARNEIRO, Cláudio. Análise econômica do direito de

punir e a falência do sistema cárcere no Brasil. Uma questão de políticas públicas. Revista Jurídica (FURB) ISSN 1982-4858 v. 22, n.º. 48, maio/ago. 2018

NICOLITT, André. As subversões da presunção de inocência: violência, cidade e processo penal. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

NICOLITT, André, LOURENÇO, Daniel Braga. Breve comentário ao projeto de Lei anticrime. Revista dos Tribunais, vol. 1003/2019, p. 423-426, Maio/2019 DTR\2019\24155.

NICOLITT, André. Intervenções corporais: o processo penal e as novas tecnologias: uma análise luso-brasileira. (Tese de doutorado em Direito) Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2010, 473 p.

NICOLITT, André. Lei no 12.403/2011: o novo processo penal cautelar, a prisão e as demais medidas cautelares. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

NICOLITT, André. Manual de processo penal. 10ª ed. Belo Horizonte, São Paulo: D' Plácido, 2020.

NUNES, Dierle José Coelho; PICARDI, Nicola. O Código de processo civil brasileiro. Origem, formação e projeto de reforma. Revista de Informação Legislativa. Brasília/DF, 2011, ano 48, n. 190, t. 2.

NUNES, Dierle José Coelho. Processo jurisdicional democrático. Curitiba/PR: Juruá, 2009.

NUNES, Dierle José Coelho. Teoria do processo contemporâneo: por um processualismo constitucional democrático. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, 2008.

OLCHANOWSKI, Nikolai. Plea Bargain: Análise desde a filosofia da pena. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Direito do Estado, no Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Prof. Dra. Clara Maria Roman Borges. Ano: 2017, 125 pgs.

OLIVEIRA, Marcos Vinicius Xavier de. Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua. In: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-74/homo-sacer-o-poder-soberano-e-a-vida-nua/>

PINHO, Ana Cláudia Bastos de. O garantismo (penal) de Luigi Ferrajoli. Apontamentos (des) necessários a certas críticas made in Brazil. R. do Instituto de Hermenêutica Jur. - RIHJ | Belo Horizonte, ano 17, n. 26, p. 155-186, jul./dez. 2019.

PRADO, Geraldo. Sistema acusatório: a conformidade constitucional das Leis processuais penais. 3ª ed. Rio de Janeiro/RJ, Lúmen Iures, 2005.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 11^a ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006, pg. 42.

ROSA, Alexandre Morais da. A teoria dos jogos aplicada ao processo penal. 2^a ed. São Paulo: Empório do Direito, 2015.

ROSA, Alexandre Morais da. Guia compacto do processo penal conforme a teoria dos jogos. 2^a ed. Rio de Janeiro, 2014.

ROSA, Alexandre Morais da; Júlio César Marcellino Jr. Os direitos fundamentais na perspectiva de custos. Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Curitiba, 2009, vol. 1, n. 1, Ago-Dez. p. 7-23.

ROSA, Alexandre de Morais. Para entender a delação premiada pela teoria dos jogos: táticas e estratégias do negócio jurídico. Florianópolis, Emodara, 2018.

ROSA, Alexandre Morais da. Procedimentos e nulidades no jogo processual penal (ação, jurisdição e devido processo legal). Florianópolis: Empório Modara, 2018.

ROSA, Alexandre Morais da. Proposta 'anticrime' de Moro despista sobre foco principal. Emais Editora, 18 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.emaiseditora.com.br/site/proposta-anticrime-de-moro-despista--sobre-foco-principal-alexandre-morais-da-rosa/>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

RUIZ, Castor. Homo sacer. O poder soberano e a vida nua. In: Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Edição 371 | 29 Agosto 2011. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4044&

SANTIAGO NETO, José de Assis. Razoável duração do processo não é sinônimo de processo célere. In Boletim do Instituto de Ciências Penais - n. 110 - Ano XI, out/dez 2014 - Belo Horizonte/MG - ISSN 1808 -1118

SANTOS, Marcos Paulo Dutra. Colaboração (delação) Premiada. - 2 ed. rev., ampl. e atual. - Salvador: JusPODIVM, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 13^a ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

THUMS, Gilberto. Sistemas processuais penais: tempo - tecnologia - dromologia - garantismo. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

TRINDADE, André Karam. A filosofia no direito: com Gadamer, contra Habe-

rmas, à procura de um paradigma de racionalidade a partir do qual seja possível pensar pós-metafisicamente a teoria do direito contemporâneo. (Dissertação de Mestrado em Direito) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006. 353 p.

TRINDADE, André Karam. A teoria do direito e da democracia de Luigi Ferrajoli, um breve balanço do seminário de Bréscia. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 103, pp. 111-137, jul./dez. 2011

TRINDADE, André Karam. Revisitando o garantismo de Luigi Ferrajoli: uma discussão sobre metateoria, teoria do direito e filosofia política. *Revista Eletrônica*, v. 5, n. 1, p. 525-542, 2012.

VIEIRA, Carolina Luiza Sarkis. A consolidação do eficientismo no discurso jurídico-penal contemporâneo: o exemplo da convenção de Viena. *Rev. Jur.*, Brasília, v. 8, n. 78, p.29-35, abril/maio, 2006.

ZACKSESKI, Cristina; DUARTE, Evandro Piza. Garantismo e Eficientismo Penal: dissenso e convergência nas políticas de segurança urbana. In. *Anais do Conpedi Uberlândia* 2012. <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=b23975176653284f>

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *A questão criminal*. 1ª ed. Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2013

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. 5ª ed. Trad. Vânia Romano Pedrosa. Amir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 1991.